

HABEAS CORPUS Nº 490.616 - MG (2019/0022874-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
NEUSA GUILHERMINA LARA - MG079505
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EDVALDO HENRIQUE DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de EDVALDO HENRIQUE DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 155, *caput*, do CP, à pena de 2 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 20 dias-multa.

Sustenta a impetrante, em suma, haver constrangimento ilegal ao argumento de que *a elevação da pena-base em 01 ano acima do mínimo legal, tão somente pela valoração negativa de duas circunstâncias judiciais, além de desproporcional, contrariou o princípio da individualização da pena, afrontando o disposto nos artigos 59 e 68 do Código Penal brasileiro* (fl. 9).

Requer, assim, a redução da majoração da pena básica do paciente.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal ofertou parecer pela denegação do *habeas corpus*.

É o relatório.

DECIDO.

Alerta-se, inicialmente, que apenas majorações claramente desproporcionais ou não fundamentadas permitem revisão de legalidade na via do *habeas corpus*.

Nesse aspecto, o Tribunal de Justiça manteve a majoração da pena-base aos fundamentos a seguir (fls. 207-208):

“Busca a defesa a redução da pena-base ao argumento de que a culpabilidade deve ser examinada em favor do agente.

Todavia, razão não lhe assiste.

É que, o d. Sentenciante estabeleceu a pena-base acima do mínimo legal, a saber, em 02 anos de reclusão e 30 dias-multa, à razão mínima (mínimo cominado: 01 ano de reclusão e 10 dias-multa). Para tanto, considerou **como desfavoráveis a culpabilidade e os maus antecedentes criminais**.

Pois bem. De fato, **os antecedentes do agente se mostram maculados, uma vez que ostenta quatro condenações anteriores com trânsito em julgado – todas por crimes contra o patrimônio – (CAC – fls. 94/96).**

Dessa forma, **uma delas caracteriza a reincidência e as demais podem**

sim serem utilizadas na exasperação da pena-base.

Quanto à culpabilidade o nobre Magistrado entendeu a conduta extremamente reprovável ao fundamento de que o crime foi praticado um dia após o réu ter cumprido sua pena referente a outro delito patrimonial, conforme documentos de fls. 64/64-v. A meu ver, tal fundamentação se revela como idônea e razoável à exasperação da pena na primeira fase de aplicação da pena.

Portanto, conservo a pena-base em 02 anos de reclusão e 30 dias-multa, à razão mínima.

Na segunda fase, presentes a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, conservo a compensação entre elas, procedida na r. sentença.

Na derradeira etapa, inexistem minorantes e majorantes, motivo pelo qual mantenho a pena definitiva no patamar alhures mencionado.”

Ao rejeitar os embargos infringentes opostos pela defesa, o Tribunal impetrado ratificou os fundamentos adotados anteriormente (fl. 236):

Assim, entendo que o montante estipulado no r. voto médio se mostra de todo adequado, **tendo em vista se tratar de múltiplos antecedentes criminais, todos específicos em crimes patrimoniais, mostrando-se a exasperação de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa acima do mínimo legal proporcional**, a meu ver. aos antecedentes criminais do acusado, aos quais se soma, ainda, a **elevada culpabilidade, em decorrência de ter cometido o crime um dia após término de execução penal por outro crime patrimonial**, conforme foi assentado, à unanimidade, no v aresto ora embargado.

As instâncias ordinárias fixaram a pena-base do crime de furto em 1 ano acima do mínimo legal, em razão da vetorial negativa dos antecedentes criminais, sendo consideradas três ações penais específicas com trânsito em julgado anterior, e da culpabilidade, *ao fundamento de que o crime foi praticado um dia após o réu ter cumprido sua pena referente a outro delito patrimonial* (fl. 236).

Verifica-se, quanto ao ponto, que há motivação concreta e válida a demonstrar que a maior reprovabilidade da conduta delitiva.

Sendo assim, não se demonstra excessiva, desarrazoada ou ilegal a exasperação da pena-base no patamar acima pela valoração de duas circunstâncias judiciais, pois, consoante orientação jurisprudencial do STJ, a *exasperação da pena-base não se dá por critério objetivo ou matemático, uma vez que é admissível certa discricionariedade do órgão julgador, desde que vinculada aos elementos concretos dos autos* (AgInt no HC 352.885/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/5/2016, DJe 9/6/2016).

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

